

A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS E CENTROS CULTURAIS NA RECUPERAÇÃO DE CENTROS URBANOS

GUIMARAENS, Cêça (1); IWATA, Nara (2)

(1) arquiteta, Doutora em Planejamento Urbano e Regional e professora-adjunto PROARQ/DPA — FAU/UFRJ. cessa.ntg@netgate.com.br

(2) arquiteta, Mestranda PROARQ — FAU/UFRJ. iwata@ruralrj.com.br

Resumo

O trabalho se baseia no fato de que, no Centro da cidade do Rio de Janeiro — organismo em constante “modernização” — aceleraram-se, nas últimas décadas, a reciclagem de edifícios históricos e a regeneração de setores degradados. De maneira geral, a renovação ou alteração dos usos originais transformou esses espaços em lugares onde realizam-se atividades culturais e exposições de obras e acervos de finalidade e natureza diversas, dos quais a cidade é incentivadora e depositária.

Ao considerar a mobilização de profissionais de várias áreas do conhecimento e de recursos consideráveis de entidades públicas e privadas nas atividades do setor cultural, verificamos que, da perspectiva do planejamento urbano, esta ação relaciona-se não apenas à formação da cidadania e produção de conhecimento, mas ao turismo, lazer e recreação constituindo-se, também, fonte geradora de empregos e de lucro.

Esta comunicação apresenta a parte inicial da etapa de verificação das condições físico-espaciais do entorno imediato de alguns museus, entre eles: Centro de Artes Hélio Oiticica, Museu Histórico Nacional, Centro Cultural Banco do Brasil, Paço Imperial, Museu de Arte Moderna e Museu Nacional de Belas Artes. O trabalho faz parte da pesquisa intitulada “A importância dos espaços culturais para a requalificação de centros urbanos” que estuda, a partir da análise da adequação do uso de edifícios e espaços preservados, o papel das atividades culturais na economia do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação / Introdução

O texto a seguir procura anunciar o *estado da arte* da pesquisa sobre edifícios e espaços com finalidade museológica ora em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em Arquitetura — PROARQ da FAU/UFRJ; essa comunicação, portanto, ao mesmo tempo em que decorre da continuidade dos estudos da arquitetura de museus e centros culturais do Centro do Rio de Janeiro¹, provoca a busca reflexiva e sistemática de arena apropriada para a análise crítica dos investimentos financeiros no campo cultural.

A evidência da necessidade de recuperação de áreas centrais, focada na restauração e renovação de uso de edifícios históricos alia-se à amplitude atual da promoção do

¹ Juliana CASTRO, Laura MARTINEZ e Olívia FRANÇA, estudantes de graduação da FAU/UFRJ, pesquisadoras-bolsistas PIBIC/CNPq e FAPERJ, e componentes do Grupo de Estudos de Museus do

equipamento *museu* e dos lugares que o contêm, constituindo o eixo principal do trabalho. Desse modo, aqui encontram-se contidos os roteiros iniciais estabelecidos para o levantamento e a avaliação de alguns tópicos referentes à reciclagem de edifícios históricos e regeneração de setores degradados de cidades consideradas “em movimento de renovação”.

A partir da consideração de que o estudo e a prática da arquitetura de museus podem contribuir para a análise das condições de sustentabilidade de centros históricos, dentre os pontos que permitirão uma adequada captação das questões que buscamos enfocar, encontram-se os seguintes itens: a criação de legislação protecionista e conseqüente incentivo à manutenção de características arquitetônicas e urbanísticas de edifícios e trechos “históricos”²; pedestrianização e recuperação de praças, ruas e avenidas em virtude da implantação de melhorias físicas nas áreas públicas abrangidas nos projetos do Corredor Cultural, Rio-Cidade e Frente Marítima; e, finalmente, a existência de um Cinturão Cultural caracterizado em percursos culturais na área central da cidade, onde destacam-se, entre outras, as obras realizadas na articulação da praça Quinze à Candelária por meio do Arco do Teles, e no largo da Lapa com o calçadão Circo Voador.

Além desses tópicos que expressam objetivamente algumas ações que procuram manter a ambiência decorrente da paisagem do desenho urbano do Centro, para o estudo também denotam-se as alterações de usos de edifícios que permitiram a implantação do Centro Cultural Banco do Brasil, Casa França-Brasil e Centro Cultural dos Correios; o *retrofit* arquitetônico do Amarelinho na praça Floriano e da antiga sede do Banco do Brasil na av. Rio Branco; a redefinição de usos e da estrutura urbanística da Área Portuária; e finalmente, a implantação de complexo comercial no Píer Mauá com a possível adição de edifício de museu que abrigará a filial do Guggenheim de Nova York.

A cadeia de eventos configurada em recentes exposições comemorativas do 5º centenário do descobrimento do Brasil vem somar-se às experiências exitosas de utilização da arte na ambiência pública; assim, tanto as atividades realizadas em espaços fechados

PROARQ colaboraram na elaboração do trecho deste trabalho que trata dos resultados parciais do estudo do entorno do Museu Histórico Nacional.

² Os instrumentos legais de incentivo fiscal — ou seja, de reconhecimento das isenções tributárias para as atividades relativas à cultura — foram implantados na década de 80, iniciando-se com a lei Sarney, e, hoje, são de âmbito federal, estadual e municipal abrangendo não apenas as atividades culturais de entretenimento, mas as obras de reforma, restauração e conservação que visem a recolocação e a manutenção das características originais de imóveis de interesse histórico arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental. Destaque-se, entre esses instrumentos, o decreto nº 6403 de 29/12/1986 da Prefeitura da cidade que incentiva o respeito à morfologia e integralidade das fachadas, que isenta os contribuintes do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e da TOAP (Taxa de Obras em Áreas Particulares).

quanto aquelas típicas de áreas abertas — onde, além das *performances* e outras expressões das artes plásticas, se incluem as transformações de empenas com pinturas artísticas, restaurações de fachadas e colocação de esculturas nas esquinas e cruzamentos — confirmam a excelente condição do centro da cidade quando este se torna suporte de manifestações culturais. Observa-se, ainda, que o impulso à realização de fatos culturais em cidades de história e perspectivas econômicas semelhantes às do Rio de Janeiro envolve a realização de grandes exposições; há pouco tempo, as mostras de Dali, Monet e Picasso anunciaram o interesse da população e das agências de turismo exigindo a adequação técnica dos edifícios e melhorias físicas nas áreas públicas que os circundam.

A tentativa de estudar a aplicação de recursos de entidades públicas e privadas nas atividades do setor cultural, abrangendo as melhorias físicas dos edifícios de museus e centros culturais, compreende a abordagem das leis de incentivo fiscal, de maneira a configurarem-se com alguma propriedade “os números da cultura”. Para atingir esse objetivo, a pesquisa acerca da importância dos espaços culturais para a requalificação de centros urbanos baseou-se inicialmente na complementação do inventário arquitetônico dos museus do Centro do Rio.³ Alguns resultados preliminares da pesquisa são apresentados na forma de fichas, gráficos, mapas e desenhos; assim, possibilitam análises parciais dos primeiros resultados obtidos.

Ao desenvolver-se sob método que impõe análise comparativa, realiza-se, em paralelo à discussão de outros pontos de ordem conceitual, a verificação das condições físico-espaciais de modo a avaliar a propriedade da adequação de uso dos edifícios para atividades culturais; para tanto, orienta-se o estudo a partir de recortes físico-espaciais externos que delimitam o entorno imediato dos principais museus do centro. Essa delimitação objetiva facilitar o levantamento das condições de reabilitação de áreas envolventes. Relativamente ao espaço interior dos edifícios, privilegia-se a análise das condições das áreas destinadas à educação patrimonial, especialmente os setores de dinâmica educativa sem descuidar dos espaços expositivos. Tal determinação deve-se ao fato de que, nesses espaços, cumpre-se um dos principais objetivos dos museus e centros culturais: a formação de público.

³ O inventário arquitetônico, iniciado em 1997 é coordenado por Cêça Guimaraens; desenvolvendo-se na disciplina Museus e Centros Culturais (DPA / FAU—UFRJ) os trabalhos de levantamento de dados realizados pelos alunos foram, após análise e processamento, apresentados em congressos e reuniões científicas, além de servirem de base à realização da dissertação de mestrado “Arquitetura de museus no Centro do Rio de Janeiro”, de Vânia Polly da Silva (PROARQ).

Construindo a *Cultura* na idéia de *Centro*

Neste século, a criação e a valorização da localização do equipamento *museu* no *centro* das cidades européias, tornou-se um dos principais objetivos das políticas de reconstrução urbana; a instituição transformou-se em tópico imprescindível na pauta sócio-empresarial após a Segunda Guerra⁴ tanto em virtude das perdas de estruturas físicas urbanas e edificações ocorridas, quanto da necessidade de ampliar o alcance e a eficácia de conteúdos pedagógico-educacionais.

Deixando de lado o fato de que o fenômeno de identificação e imposição de *valor* à produção artística, apesar de eivado de intangibilidade, possui base política imperialista ou fundamentalista, verifica-se que, em quase todo o mundo, a década de 50 foi um marco no processo de revalorização das expressões culturais autóctones. Esse processo foi caracterizado ao longo dos 60' em diversas experiências que alteraram o estatuto da urbanização das cidades com o fortalecimento das áreas periféricas e a polinuclearização; em decorrência, a cultura torna-se objeto direto de ações políticas as quais, embora progressistas, absorveram idéias críticas representativas do movimento de protesto denominado de contra-cultura. Em paralelo, as atitudes “culturalistas” transformaram-se, a partir de meados da década de 80, em impulso ao processo de revitalização das áreas centrais por meio de obras de restauração de edifícios e espaços “abandonados”.

Hoje em dia torna-se cada vez mais evidente que a perspectiva de sucesso do movimento de revitalização dos centros denominados históricos ou tradicionais, apesar de impressa em idéias protecionistas e preservacionistas, visa principalmente o crescimento da economia das cidades por meio da ampliação das “ofertas” ou possibilidades de investimento. Desse modo, a “sustentabilidade” urbana, decorrente da criação e da manutenção de ótimas condições de uso de museus, teatros, salas de concerto e outros tipos de edifícios e lugares cuja finalidade enquadra o “espaço cultural”, deve ser assegurada pelos gestores públicos e privados.

Ao verificar-se alguns vetores que induzem, na atualidade, museus e centros culturais a desempenharem importante papel no sistema que configura os países e as cidades, observa-se que tanto a população em geral quanto os intelectuais e cientistas contribuem para a idealização da imagem institucionalizada. Isto porque a *cultura*, ou seja,

⁴ Alguns autores registram que mais da metade dos museus hoje existentes foram criados depois de 1950; nos Estados Unidos cerca de 2.500 museus foram abertos entre 1950 e 1980; na Inglaterra, em 1970, criava-se um museu por semana (WEIL, Stephan, E. *Rethinking the museum*. Washington, Smithsonian Press, 1990; p.3)

o conjunto das representações de diferentes naturezas da produção material das sociedades sempre distingue “museologicamente” as formas de regular (ou romper) as ordens do poder hegemônico e, em consequência, do pensamento dominante. Para tanto, há dois séculos, os surtos de criação de espaços museológicos acompanham as fases de grande concentração de capitais aliando-as à necessidade de exibir a produção geradora e representativa de expansão econômica e comercial.

Os exemplos mais usuais das exposições dessa ordem são as exposições internacionais; a mais recente mostra desse tipo, a Expo 2000 realizada em Hannover, na Alemanha, ocupou uma superfície equivalente à do principado de Mônaco e recebeu investimentos de 1,8 bilhão de dólares; ali, sob o tema “Homem, Natureza e Técnica”, as arquiteturas e propostas museográficas de pavilhões e *stands* apresentaram a produção “cultural” de 173 países.

Em Hannover, a formidável aplicação de novas tecnologias de exibição possibilitou megaprojeções de imagens e a criação de realidades virtuais onde a Internet teve importância crucial. Em Londres, no ano de 1851, o sistema construtivo baseado na utilização espetacular do vidro e do ferro fez do edifício Palácio de Cristal um “fator de civilização”; além disso, a arquitetura da primeira grande exposição internacional contribuiu de maneira inegável para o evento no qual, segundo Marx e Engels, “a burguesia celebrou sua maior festa”.⁵ Destruído, em razão de um incêndio que ocorreu em meados da década de 30 deste século, o enorme pavilhão expressava a idéia de permeabilidade espacial e imaterialidade arquitetônica da época em que foi concebido.

Até hoje as exposições internacionais são também o melhor exemplo de que o *espaço cultural* da modernidade enquadra-se no tipo de construção em que o atributo da efemeridade pode ser exercido de modo pleno. Portanto, pode-se afirmar que essas exposições constituem, para as cidades onde se realizam e para os arquitetos que as realizam, impacto de menor alcance que as construções e projetos de *filiais* dos grandes museus.

Assim, entre Joseph Paxton, jardineiro e paisagista inglês, autor do Palácio de Cristal, e Frank Gehry, o arquiteto canadense que especializou-se globalizadamente em projetos de museus, talvez haja bem pouco mais que um século de invenções arquitetônicas e acumulações de capital. Isto se explica pois, de certo ponto de vista, ou seja, o daquele que define a violência com que a invasão da indústria moderna ultrapassa as fronteiras nacionais, tanto na Londres de Paxton quanto na Bilbao (ou, quem sabe? no Rio de

Janeiro) de Gehry, a democratização da *cultura* sempre foi produzida no campo econômico.

Dessa maneira, verifica-se ainda no exemplo da revitalização do decaído porto espanhol industrial que o estabelecimento das franquias da organização Guggenheim além de Nova York, ao mesmo tempo em que consolida a imagem da instituição *museu* reafirma em Bilbao o estatuto da instituição de *cidade sustentável* (ou será de *centro desfrutável?*). Dessa maneira, um fenômeno arquitetônico é, também, econômico-cultural; e, hoje, quando realizações desse porte buscam sacralizar a idéia de permanência dos patrimônios culturais nas cidades aquinhoadas com as filiais de grandes museus, relacionam de forma direta os processos de arruinamento do espaço físico devidos às mudanças da produção industrial ou à impossibilidade de alterar usos e adensar habitantes por meio de aumento de gabaritos e taxas de ocupação às ações de reabilitação de trechos do núcleo central.

Portanto, na atualidade, em tempos de caos⁶ urbano, os edifícios e espaços públicos contenedores de manifestações culturais revelam a interação de visões variadas que ampliam o espectro do projeto iluminista da instituição usualmente denominada “museu moderno”; desse modo, as finalidades e o raio de ação dos museus não definem-se apenas em decorrência das diferentes formas de guardar, interpretar e exibir clássicas representações da *história, arte e ciência*.

O museu e o centro cultural vieram, sob inúmeros pontos de vista, transformar, de novo, o centro de cidade em *praça de comércio*. Nesta praça, o mercado de arte e cultura resgata uma dimensão apenas aparentemente perdida: aquela que, ao estabelecer o constante uso do “espírito”, garante a sobrevivência dos artistas ao mesmo tempo em que assegura a ordem futura. De outro lado, é inegável que as mudanças sociais, políticas e econômicas induzindo a dinâmica da *cultura* e de seus suportes físico-espaciais, encontraram, nessas áreas centrais em arruinamento, os lugares ideais para o exercício da construção de novas expressões do dito “quanto mais se muda mais se permanece”.

Este paradoxo leva o estudo dos edifícios de museus a considerar a necessidade da crítica à incerta liberdade que poderia justificar — ou seria dignificar? — uma atitude submissa representativa de que a cultura, da mesma forma que sua construção, resulta de um desejo de ordem e, portanto, de “civilização” (BAUMAN: 1998, 160-176)⁷. A partir dessa consideração, pode-se afirmar que não foi à toa — nem em vão — que a instituição

⁵ MARÉ, Eric de. *London, 1851. The year of the great exhibition*. London, The Folio Press, 1973.

⁶ O vocábulo *caos* aqui significa um contexto que demonstra desordem apenas em aparência traduzindo mentalidade ou ambiência caracterizada por “transição paradigmática” (SANTOS: 2000, 258) .

⁷ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

da cultura do consumo de *museu*, particularmente integrada à instituição da cultura do consumo da *cidade* e de seu *centro*, hoje ocupa com muito mais competência o lugar que a *igreja* manteve até há bem pouco tempo.

Rio de Janeiro: um caso particular?

As considerações sobre a neutralidade do significado simbólico da arquitetura conduzem a observação de que, de maneira geral, os discursos que cercam os programas político-ideológicos, inclusive os que induzem o fortalecimento e a afirmação da cidadania, destacam o papel da cultura — condição primordial à democracia — e o incremento de investimentos em museus e centros culturais. De outro lado, verifica-se que a garantia de eficácia das atividades voltadas para fins educacionais — ponto notável de quase todas as pautas políticas — é exigida de maneira premente nos dias de hoje em nosso país; e esta eficiência depende da promoção e dinamização dos acervos artísticos e documentais de âmbito nacional até hoje reunidos, em grande parte, na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os vastos aspectos da sua potencialidade econômica, a privilegiada posição geográfica da cidade do Rio de Janeiro faz com que aqui sejam desenvolvidos projetos de turismo cultural de grande alcance. Portanto, a promoção do patrimônio turístico carioca, onde se inclui o apoio à dinamização do patrimônio arquitetônico do Centro, sempre significou investimento com forte potencial de retorno financeiro⁸. E, o que hoje em dia mais importa politicamente, significou também maior diversidade e quantidade de postos de emprego.

No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, ainda forte pólo de atração de visitantes estrangeiros e nacionais pelo fato de ser a ex-capital administrativa do país, onde a posição central foi exercida durante mais de três séculos, os edifícios de museus e centros culturais configuram um dos programas e temas arquitetônicos mais importantes para o desenvolvimento turístico.

Dessa forma, verifica-se que o repasse do ICMS, a isenção de impostos e outros tipos de critérios e leis municipais de fomento às atividades artísticas e educacionais são alguns indicadores que expressam o suporte à vocação da área central. Assim, essa vocação pode

⁸ As relações dos museus com a problemática do consumo e circulação de bens culturais foram tratadas por B. SCHVASBERG em *Espaço e cultura: equipamentos coletivos, política cultural e processos urbanos*. Ao abordar a produção histórica e social que induz o recente crescimento das atividades culturais no caso dos museus, na perspectiva da preservação da memória e no espaço urbano-metropolitano do Rio de Janeiro, SCHVASBERG expõe a importância deste equipamento cultural coletivo para a economia.

ser medida também na conseqüente e oportuna gestão dos recursos originados de fontes variadas, os quais objetivam a ampla utilização dos acervos culturais de natureza museológica e arquitetônica aí existentes.

Tal afirmativa pode ser ainda comprovada nas diversas apropriações de conceitos e variados modos de trato dos espaços públicos abertos, concretizados em projetos do tipo Corredor Cultural e Frente Marítima. Nas duas últimas décadas, as sucessivas reformas dos largos da Lapa e da Carioca, e as melhorias da área entre a Casa França-Brasil e o Centro Cultural dos Correios, junto à recuperação dos espaços para pedestres na praça Quinze, demonstram, além da evolução constante do sentido de uso público, a busca da atualização de critérios que, certamente, visam adequar esses lugares para as atividades culturais.

Sobre a adequação de uso e o reconhecimento de isenção fiscal

Guarda, conservação, estudo, educação e entretenimento definem as principais atividades dos museus e centros culturais. Para atingir os objetivos de educar e entreter, produzindo e transmitindo conhecimento, as ações museológicas e os projetos museográficos — exposições, pesquisas e seminários, dentre as realizações mais evidentes — baseiam-se em idéias e interpretações multidisciplinares de objetos e fatos resultantes da produção material e imaterial de grupos sociais de tempo e origem várias.

Essas instituições, definidas oficialmente pelo International Council of Museums — ICOM na categoria de não-lucrativas, “servem” para o desenvolvimento da sociedade de forma neutra e, conseqüentemente, abrangem todos os grupos sociais independente de compromissos ideológicos. No entanto, o fato de vermos as coisas não como elas são, mas na medida do que nós somos, faz com que as parcerias entre governos e organizações do setor privado “esqueçam” que a essência dos investimentos financeiros que cercam o cuidado e a comunicação dos significados dos objetos museais deveria considerar a transparência que a neutralidade ideológica exige.

A evolução do pensamento referente às formas de expressão da cultura no Brasil reflete-se, em parte, na legislação que regula a idéia de gestão em vigor. Podemos considerar que a gestão de museus e centros culturais sofreu o impacto das novas idéias de cultura e patrimônio — e de governo —, gerando a adaptação das formas de administração às características empresariais que se apresentam atualmente.

Dessa maneira, vários museus beneficiam-se dos investimentos financeiros praticados pelo setor empresarial. Esses investimentos, na maioria dos casos, contam com

as vantagens dos fundos criados por leis de incentivo à cultura, existentes em alguns estados e municípios. Nesse padrão gerencial, os grandes museus nacionais e alguns centros de cultura encontraram nas Associações de Amigos a forma ideal de gestão e de captação de recursos. Algumas atividades e certos níveis de conservação e atualização de edifícios são suportados por investimentos do setor governamental.

Assim, o *museu* e seus congêneres, ou seja os centros culturais e as galerias de arte, podem tornar-se negócios a serem dirigidos e gerenciados com determinação técnica a fim de que possam produzir benefícios e impactos públicos que possibilitem e ampliem o acesso de todos à educação pela *cultura*. As diferenças entre os benefícios e impactos que melhoram as vidas de todos por meio da exibição de experiências variadas provêm da espécie de diversidade que é própria da essência do fato cultural.

O espaço museológico é, também, um dos lugares de idealização do exercício do poder⁹. Quando possibilita ao público vivenciar o modo coletivo de viver e produzir objetos e acontecimentos, o espaço museológico promove situações em que as experiências individuais de *poder* julgar esteticamente e de *poder* interpretar a história causam impactos e benefícios incalculáveis. Ou, de modo contrário, pré-juízos imprevisíveis.

Entretanto, os custos de guarda e exposição de peças que dependem cada vez mais da formação e atualização de pessoal competente incluem ainda a adequação¹⁰ técnica dos espaços físicos e equipamentos; as possibilidades de obtenção de recursos financeiros definem as perspectivas de sucesso gerencial e diferenciam publicamente Museus de museus e Centros Culturais de centros culturais.

No Rio de Janeiro, da mesma forma que em outras capitais e cidades, a mudança de uso e adequação técnica de edifícios para a realização de atividades culturais viabilizam há algum tempo a conservação de expressões da formação e da ocupação física do território nacional. A requalificação edilícia que adota a renovação de uso para esse tipo de atividade aprimora os padrões urbanos e arquitetônicos, ao mesmo tempo em que mantém áreas históricas simbolicamente importantes para diversos grupos sociais.

O Centro da cidade do Rio de Janeiro é um organismo em constante “modernização” onde aceleraram-se, nas últimas décadas, a reciclagem de edifícios antigos e a regeneração de setores degradados por diversos motivos (figura 1). A renovação ou alteração de usos

⁹ Sobre as formas de poder, ver de Boaventura de Souza SANTOS, *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 2000; p. 273 e 284-290.

¹⁰ Para definir o sentido, as categorias e os temas que pautam o termo “adequação”, utilizamos as qualidades de uma das “dimensões de execução”, propostas por Kevin Lynch, para a verificação da qualidade da forma espacial dos lugares urbanos (LYNCH, 1999: 147-177),.

originais transformou-os em espaços para atividades culturais e exposição de obras e de acervos de natureza diversa, dos quais a cidade é incentivadora e depositária.

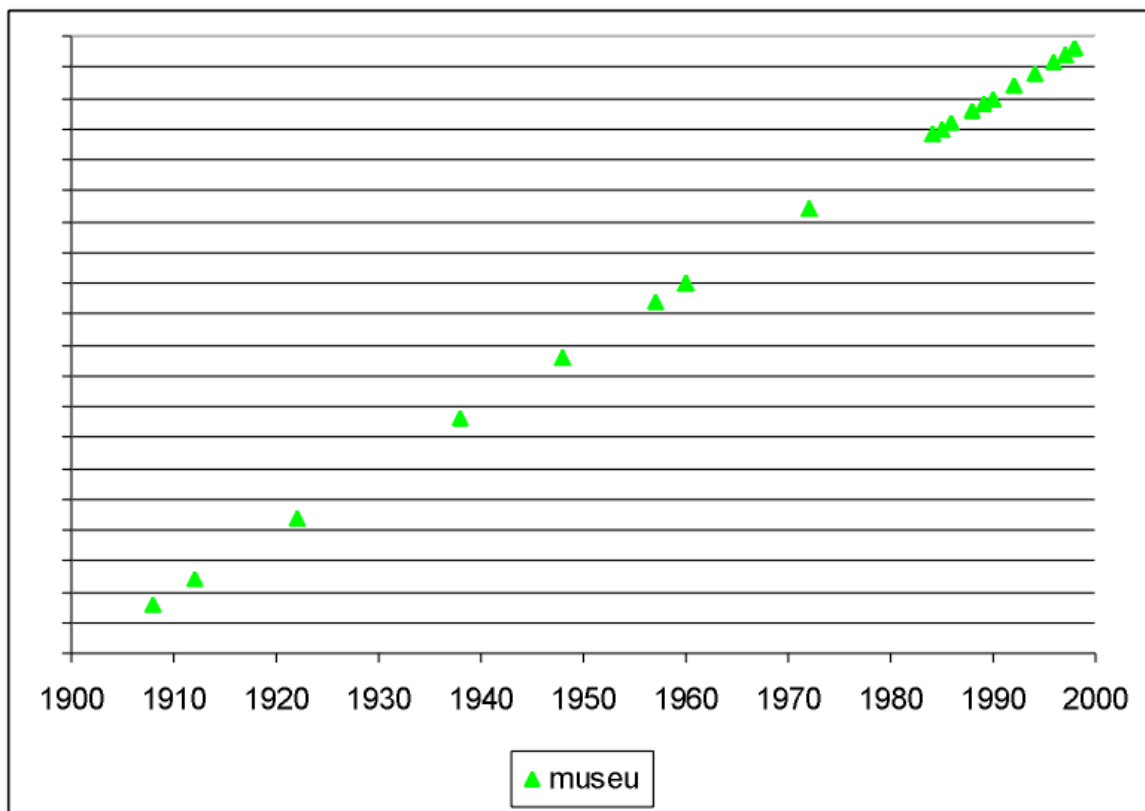


fig.1: cronologia da criação/implantação de museus e centros culturais no Centro da cidade do Rio de Janeiro
fonte: POLLY DA SILVA, V. *A arquitetura de museus no centro do Rio de Janeiro*.

Enfim, há que se considerar a mobilização dos esforços de profissionais de várias áreas do conhecimento e de recursos vultosos de entidades dos setores público e privado na atividade cultural. Da perspectiva do planejamento urbano, a atividade cultural está intimamente relacionada à atividade turística e, além de contribuir para o lazer e a recreação, a formação da cidadania e para a produção de conhecimento, é também fonte geradora de lucro.

Conforme já observado, no Rio de Janeiro, no chamado Cinturão Cultural, as atividades culturais e as obras em museus e espaços abertos objetivam transformar o uso do Centro desde meados da década de 1980. Conjuntos e edifícios culturais de épocas e tipologias diversas buscam readquirir para a área central a vida noturna e as atividades artísticas, principalmente nos fins de semana. Suas funções originais são igualmente diversas: palácio, escola, residência, escritório e, até museu (figura 2). Os espaços destinados à cultura, exposições, teatros, cinemas e bibliotecas estão equipados com restaurantes, cafés e bistrôs a fim de ampliar o tempo de permanência do visitante e levá-lo à apreciação mais cuidadosa do espaço e da arquitetura da cidade.

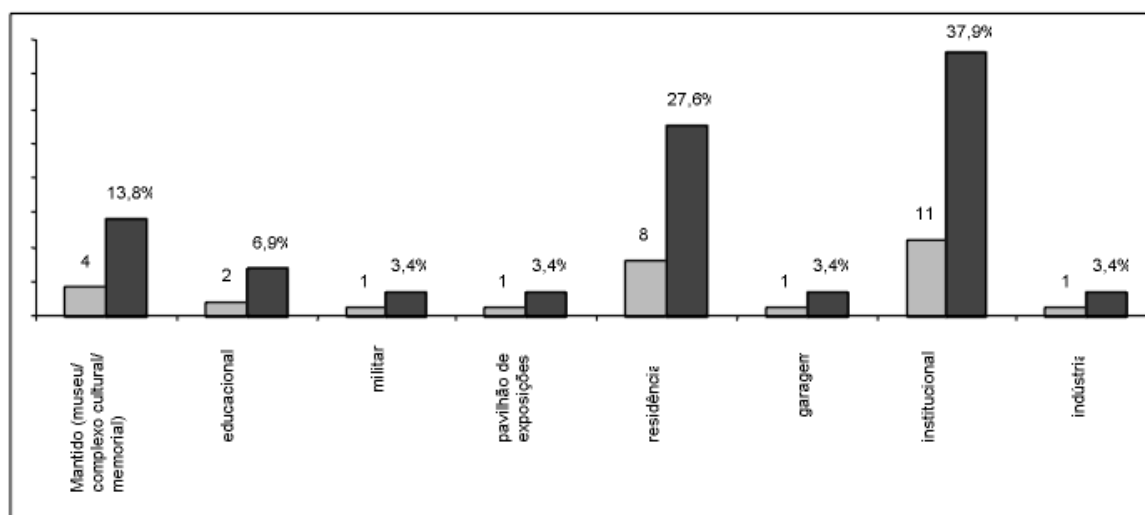


fig.2: classificação dos museus e centros culturais do Centro da cidade do Rio de Janeiro quanto aos usos originais

fonte: GUIMARAENS, C. *Arquitetura de museus e centros culturais*: notas para aulas e pesquisas

A pesquisa

O trabalho aqui apresentado é parte da pesquisa intitulada “A importância dos espaços culturais para a requalificação de centros urbanos” que estuda o papel das atividades culturais na economia do Centro da cidade do Rio de Janeiro analisando a propriedade e a adequação do uso de edifícios e espaços preservados. O Grupo de Estudos da Arquitetura de Museus, orientado pela professora Cêça Guimaraens no PROARQ – Programa de pós-graduação em Arquitetura – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ visa além da complementação da formação e da melhoria dos níveis de instrumentalização dos alunos, a integração do ensino de graduação e pós e a ampliação da produção acadêmica.

O conhecimento das formas de gestão, conteúdo e funcionamento dos museus e centros culturais e o reconhecimento da sua importância para constituição da imagem das cidades definem o eixo da pesquisa no âmbito do campo do planejamento urbano e regional. A verificação da propriedade da mudança da função original e das reais possibilidades da adequação técnica dos edifícios para a função cultural pode subsidiar a análise da importância das atividades museológicas e do papel dos projetos culturais na economia da cidade e da região. O período estudado enquadra o final da década de 1980 e a de 1990, atendendo ao fato de ter sido a época em que a produção e a promoção de atividades culturais atravessaram períodos de renovação. Desse modo, torna-se patente que o incremento da atividade cultural vem exercendo importante papel na economia e no fortalecimento da imagem e vocação da cidade do Rio de Janeiro.

Esta comunicação apresenta o estado atual da etapa de verificação das condições de uso e a viabilidade econômica da adequação técnica dos edifícios. Assim, a coleta de informações e dados sobre a origem e formas gerenciais e as possibilidades de retorno da aplicação dos recursos financeiros realiza-se junto às instituições governamentais promotoras das leis de incentivo fiscal, empresas de projetos culturais, firmas de construção e restauração e equipes e profissionais do setor patrimonial.

Nas visitas aos edifícios e áreas públicas são aplicados questionários e realizadas entrevistas com os diretores e responsáveis pela sua conservação de modo a permitir uma avaliação da propriedade dos diversos tipos de uso considerados *adequados* para a finalidade cultural e sua relação com os espaços originais. Além disso, a pesquisa acerca da renovação de uso do edifício e do espaço público implica na verificação das condições de reabilitação do seu entorno imediato.

Os museus e as condições físico-ambientais do entorno

O interesse que desperta o tema da situação dos edifícios de museus na malha urbana do centro da cidade, o estudo da existência de espaços que os articulam e as possibilidades de fruição e valorização da ambiência que os cerca, foram os fatores que determinaram as discussões a respeito da definição de parâmetros para análise do entorno dos edifícios de museus. O trabalho de pesquisa e análise tem mostrado que as categorias dos campos disciplinares que abrangem o estudo da paisagem e do urbanismo devem privilegiar o levantamento da morfologia e tipos arquitetônicos e urbanísticos, onde se incluem as condições físico-ambientais.

Nessa perspectiva, a verificação da reabilitação do entorno imediato dos edifícios de museus se justifica tanto em razão da abordagem dos estudos considerar a importância da adequação/apropriação de uso destes edifícios para a requalificação urbana, quanto pelo fato dos mesmos serem tombados ou preservados por meio de legislação de proteção do patrimônio histórico, arquitetônico, urbanístico e artístico.

Atualmente, o tombamento de edifícios isolados e conjuntos é um dos pré-requisitos que servem de suporte para o incremento econômico de centros ou sítios urbanos históricos. A partir desses limites, a investigação a respeito da idéia de requalificação urbana deve reconhecer a importância da proteção de indivíduos arquitetônicos que abrigam parte considerável da produção cultural e artística (ou histórico-simbólica) de grupos diversos, em diversos períodos.

A pesquisa demonstrou em diversos momentos que a transformação do uso original de um edifício cria expectativas programáticas positivas para o contexto preexistente. No Centro da cidade do Rio de Janeiro, os exemplos mais recentes de reabilitação/requalificação espacial do entorno estão fortemente relacionados com a alteração/adequação/apropriação de edifícios históricos.

Assim, a análise das operações efetuadas no entorno de museus e a busca do sentido da apropriação e adequação física do uso destes espaços são, também, temas de estudo dos fatores que impulsionam a requalificação da cidade. Portanto, os estudos da organização e produção da eficácia de espaços físico-simbólicos públicos, pressupõem que as atividades aí exercidas — quando voltadas exclusivamente para a educação e o entretenimento cultural — são ações de promoção/difusão e proteção do patrimônio material das sociedades e incluem interesses econômicos e políticos de grupos diversos.

Admite-se que a articulação entre as instituições museológicas do centro do Rio constitui uma rede de edifícios cuja arquitetura estabelece um conjunto representativo da importância regional e nacional da cidade (figura 3).

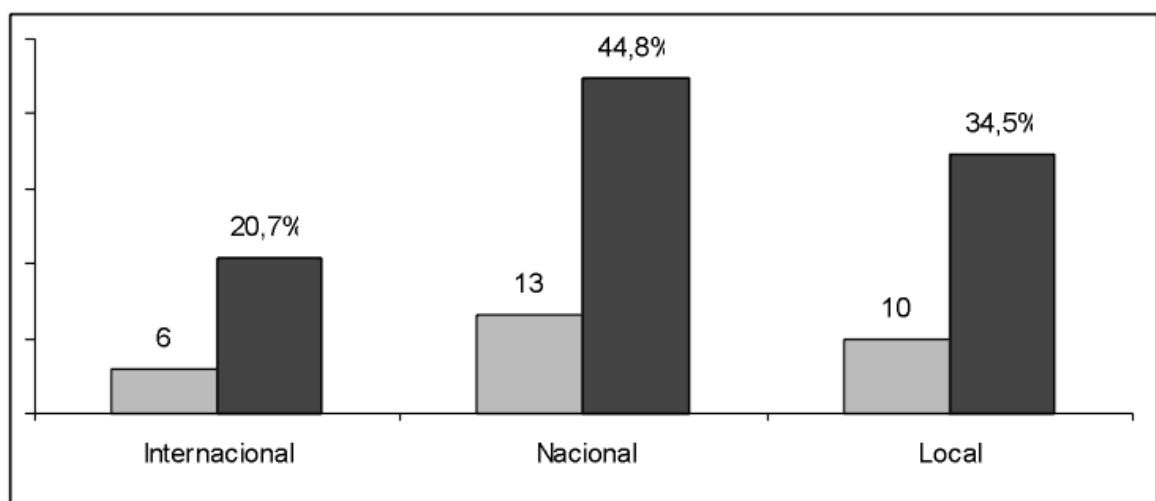


fig.3: classificação dos museus e centros culturais do Centro da cidade do Rio de Janeiro quanto ao raio de ação

fonte: GUIMARAENS, C. Arquitetura de museus e centros culturais: notas para aulas e pesquisas

Portanto, o roteiro para verificação das condições de reabilitação do entorno imediato admite:

- delimitação conceitual e física de entorno;
- definição e hierarquização de indicadores físico-ambientais e histórico-simbólicos sugeridos em trabalhos dos seguintes autores: Montaner, Rossi, Lynch, Alexander, Lamas e Cullen;

- levantamento de dados físicos básicos sobre os entornos (situação/localização, tipos de usos, níveis de conservação/manutenção e acessibilidade);
- identificação da situação/implantação dos edifícios e espaços culturais na malha constituída pelos diversos entornos;
- levantamento da legislação de proteção aplicável;
- levantamento das intervenções/ações e obras de proteção realizadas entre 1985-2000 em edifícios e conjuntos preservados existentes;
- levantamento dos atuais projetos de reabilitação urbana das áreas de entorno; e
- levantamento das perspectivas/tendências.

No momento, os trabalhos de pesquisa desenvolvem-se de acordo com o exposto; e, a partir da definição dos edifícios a serem estudados, ou seja: Museu Histórico Nacional, Centro Cultural Banco do Brasil, Paço Imperial, Museu Nacional de Belas Artes, Museu de Arte Moderna e Centro de Artes Hélio Oiticica, realiza-se o roteiro acima no entorno do primeiro deles (figura 4).

Tal escolha deve-se não apenas ao fato do MHN ser o museu que possui constância e diversidade, além de um número maior de atividades em sua programação, mas pelo fato de seu entorno estar integrado ao maior e mais novo projeto de renovação das cercanias da praça Quinze: a Frente Marítima. Nesse projeto, o arquiteto espanhol Oriol Bohigas reelabora e atualiza as teses e idealizações espaciais de muitos outros colegas, entre eles, Jaime Lerner e Oscar Niemeyer, sem deixar de lembrar Affonso Eduardo Reidy, Alfred Agache e anônimos funcionários dos governos municipais, estaduais e federais.

Do ponto de vista da importância histórica e social, e, portanto, simbólica, o Museu Histórico Nacional é considerado o mais antigo museu do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Criado por Gustavo Barroso — polígrafo e político que antecedeu Rodrigo Melo Franco na defesa institucional do patrimônio histórico e artístico brasileiro, pois foi também o criador da Delegacia de Monumentos —, o edifício é, na verdade, identificado na condição de conjunto arquitetônico constituído pelo prédio do antigo Arsenal de Marinha, construído em 1764, e da Casa do Trem, depósito de material bélico da artilharia portuguesa na época (figura 5).

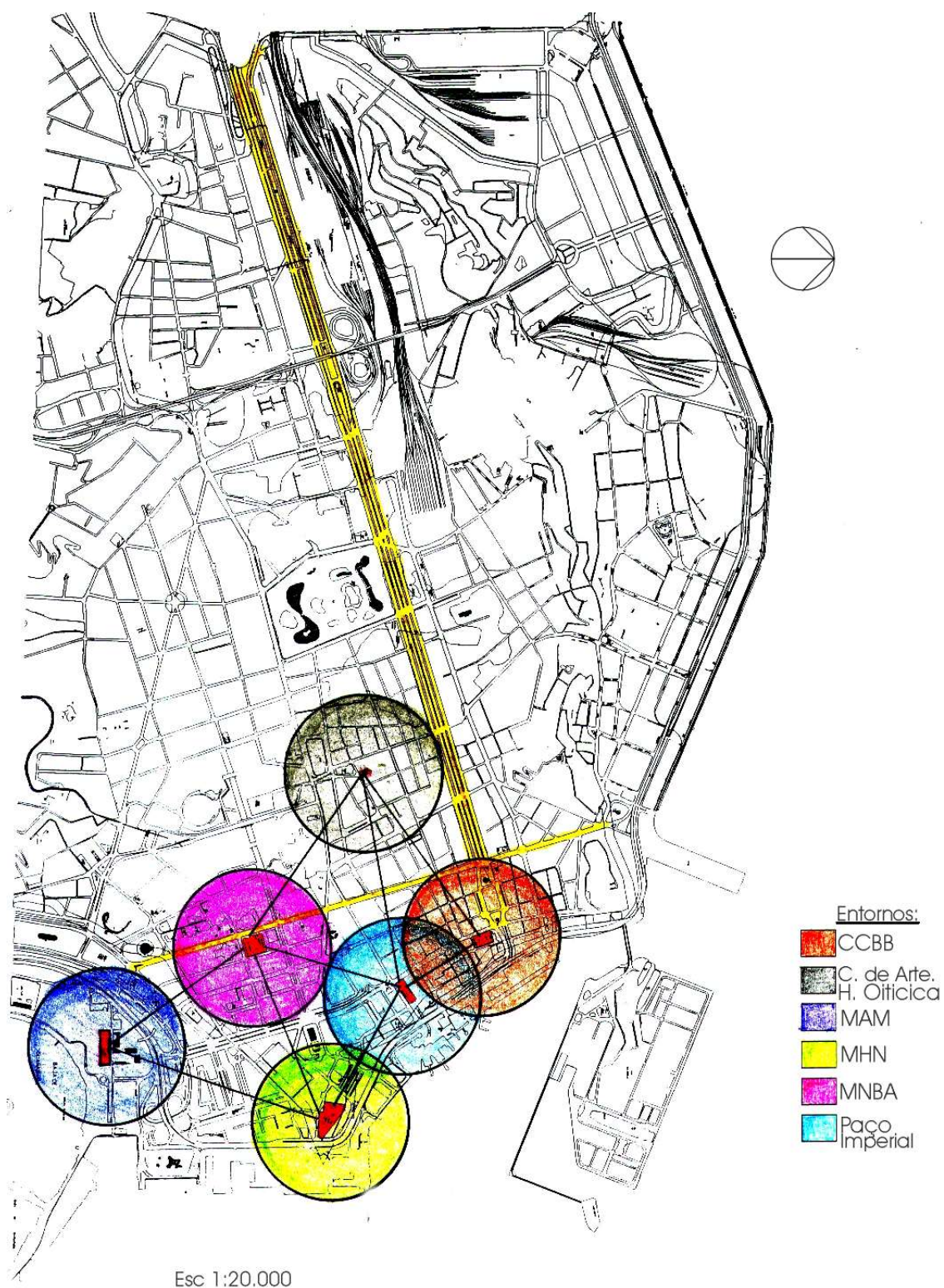
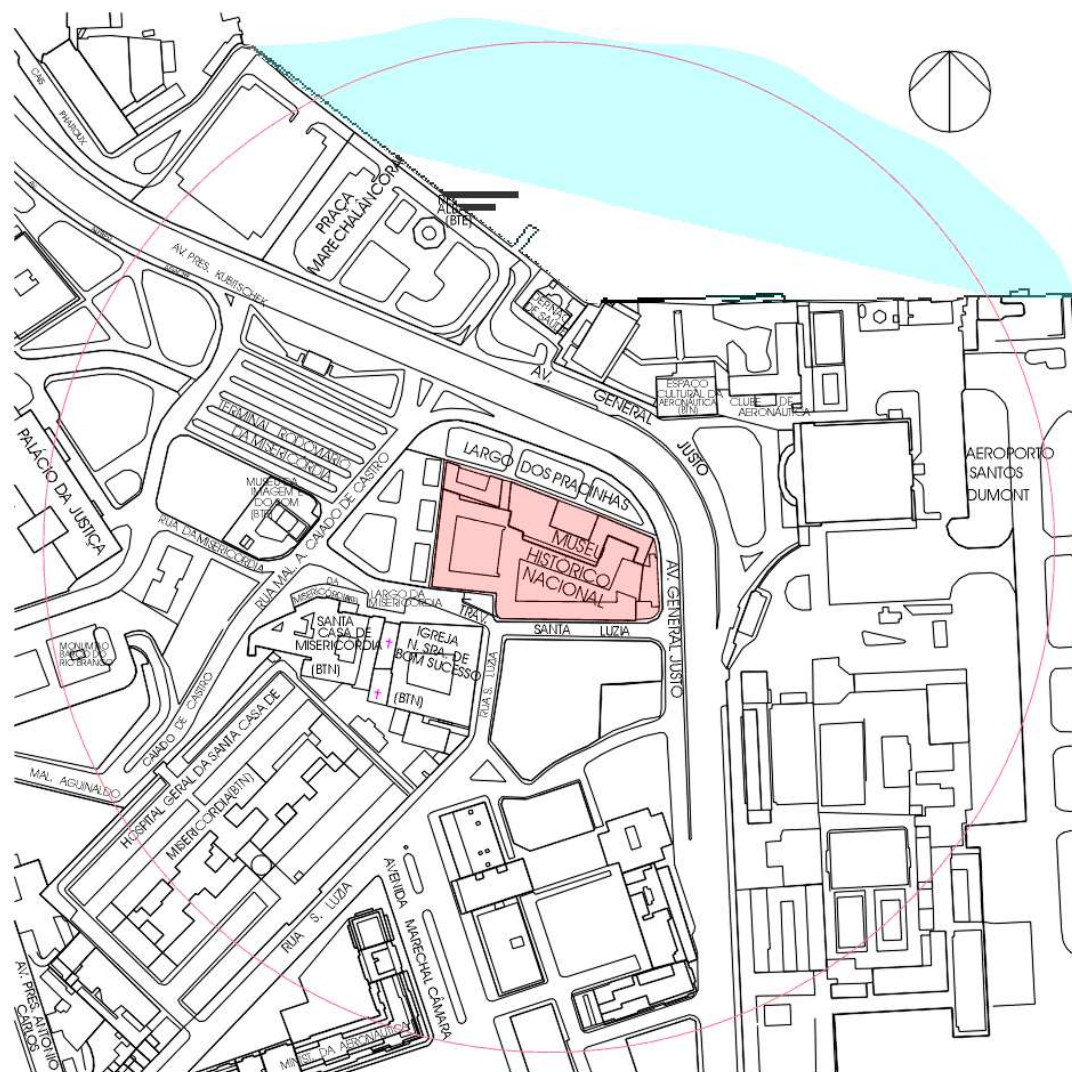
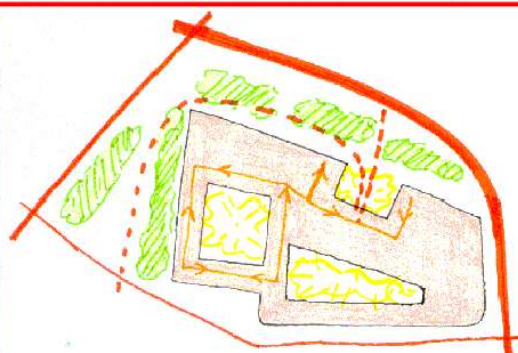


fig.4: mapa dos entornos imediatos dos museus estudados (Museu Histórico Nacional, Centro Cultural Banco do Brasil, Paço Imperial, Museu Nacional de Belas Artes, Museu de Arte Moderna e Centro de Artes Hélio Oiticica)

Museu Histórico Nacional



Museu Histórico Nacional no entorno abrangendo um raio de 300 m.

Esc 1:4.000

fig.5: fachada, planta baixa e entorno imediato do Museu Histórico Nacional

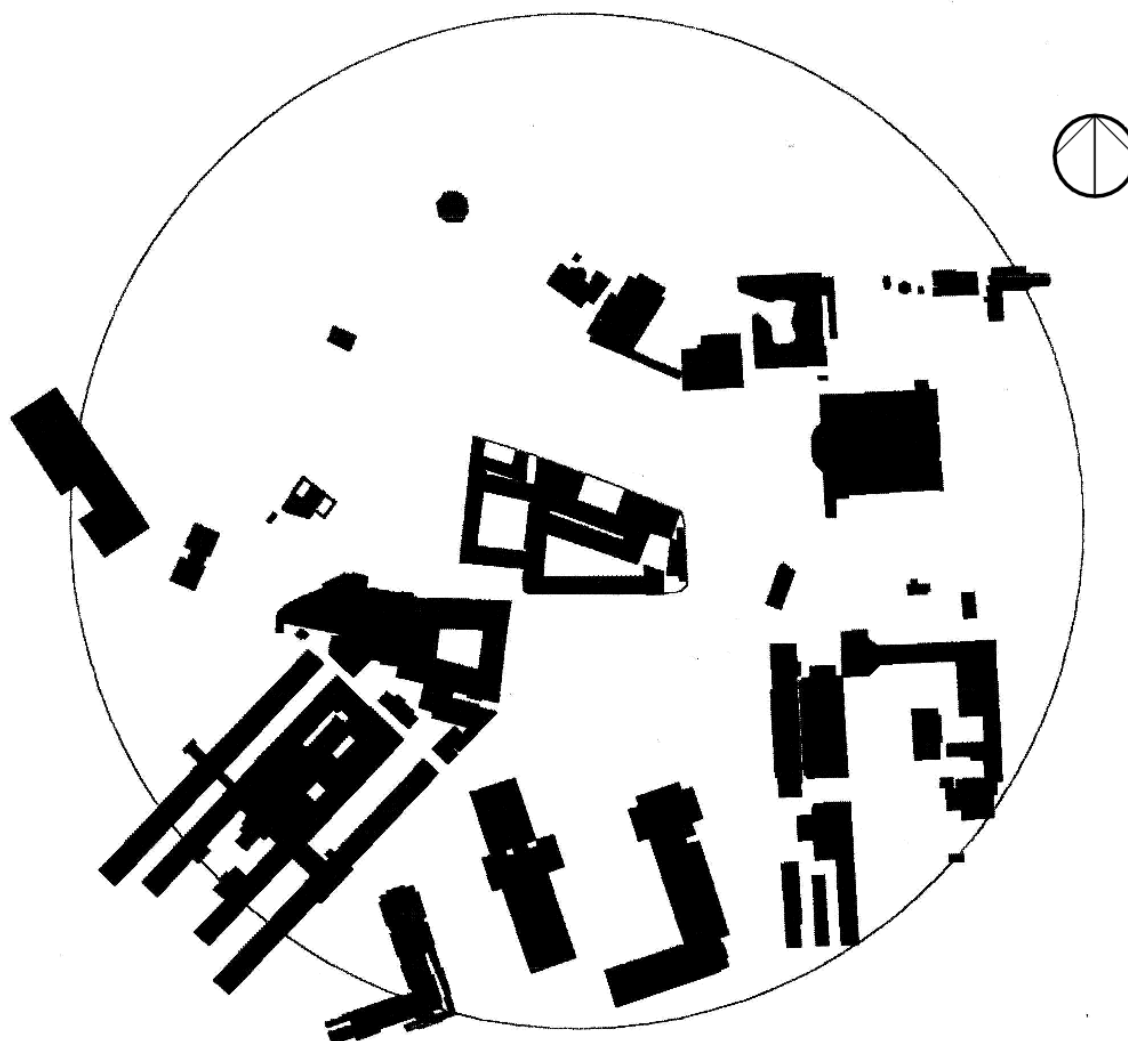
O museu foi criado por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, quando o conjunto foi reformado segundo projeto de estilo neocolonial dos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Couchet (quadro 1). Esta reforma e as inúmeras alterações motivadas pelos diversos usos talvez sejam os motivos do conjunto não ter sido “agraciado” com o tombamento federal; no entanto, formado por salas conectadas e pátios internos distribuidores, o museu “sobreviveu” em meio às intervenções urbanas que incidiram sobre o centro da cidade e às demolições de exemplares híbridos existentes nas imediações, ocorridas até à década de 70 (figura 6).

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

período século XVIII (Casa do Trem) século XX (conjunto principal)	estilo neo-colonial	uso original pavilhão de exposições	
autor(es) Arqs. Memória e Cuchet			
ano Implantação 1922			
tombamento			
endereço Pç Mal. Ancora, s/r			
tipologia morfológica	salas conectadas, pátios internos distribuidores		
tipologia(s) funcional(ais) público	museu histórico, museu nacional geral/especializado (pesquisador)		
proprietário/gestor	União/IPHAN		
acervo			
histórico	tipo	documentos manuscritos e iconográficos, mobiliário, porcelanas, pratarias, arte sacra, ourivesaria , pintura, escultura, transportes, heráldica e numismática	
volume	cerca de 280 mil		
exposição	permanente e temporária		
reserva técnica conservação			
sim, não climatizada		sim, laboratórios de restauração e conservação	
acessibilidade e conforto			
boa sinalização visual; rampas e elevador para deficientes; bancos para descanso			
serviços Biblioteca, arquivo histórico, visitas programadas, lanchonete			
atividades educacionais		Sim, possui um setor de Dinâmica Educativa	
técnica administração, reserva técnica, laboratórios de restauração, biblioteca, arquivo e arquivo histórico, setor de dinâmica cultural, escritórios técnicos			

quadro 1: ficha básica de inventário - Museu Histórico Nacional

fonte: POLLY DA SILVA, V. A arquitetura de museus no centro do Rio de Janeiro.



Esc 1:4.000

fig.6: levantamento de cheios e vazios no entorno imediato do Museu Histórico Nacional

O acervo do MHN reúne cerca de 280 mil itens, entre peças históricas e artísticas, documentos manuscritos e iconográficos, mobiliário, porcelanas, pratarias, arte sacra, ourivesaria e marfins religiosos de origem indo-portuguesa, além de publicações e obras raras. Do acervo destaca-se a coleção de numismática, a maior do gênero existente na América Latina, a ser abrigada na Casa do Trem, recentemente inaugurada e cuja reforma durou 15 anos.

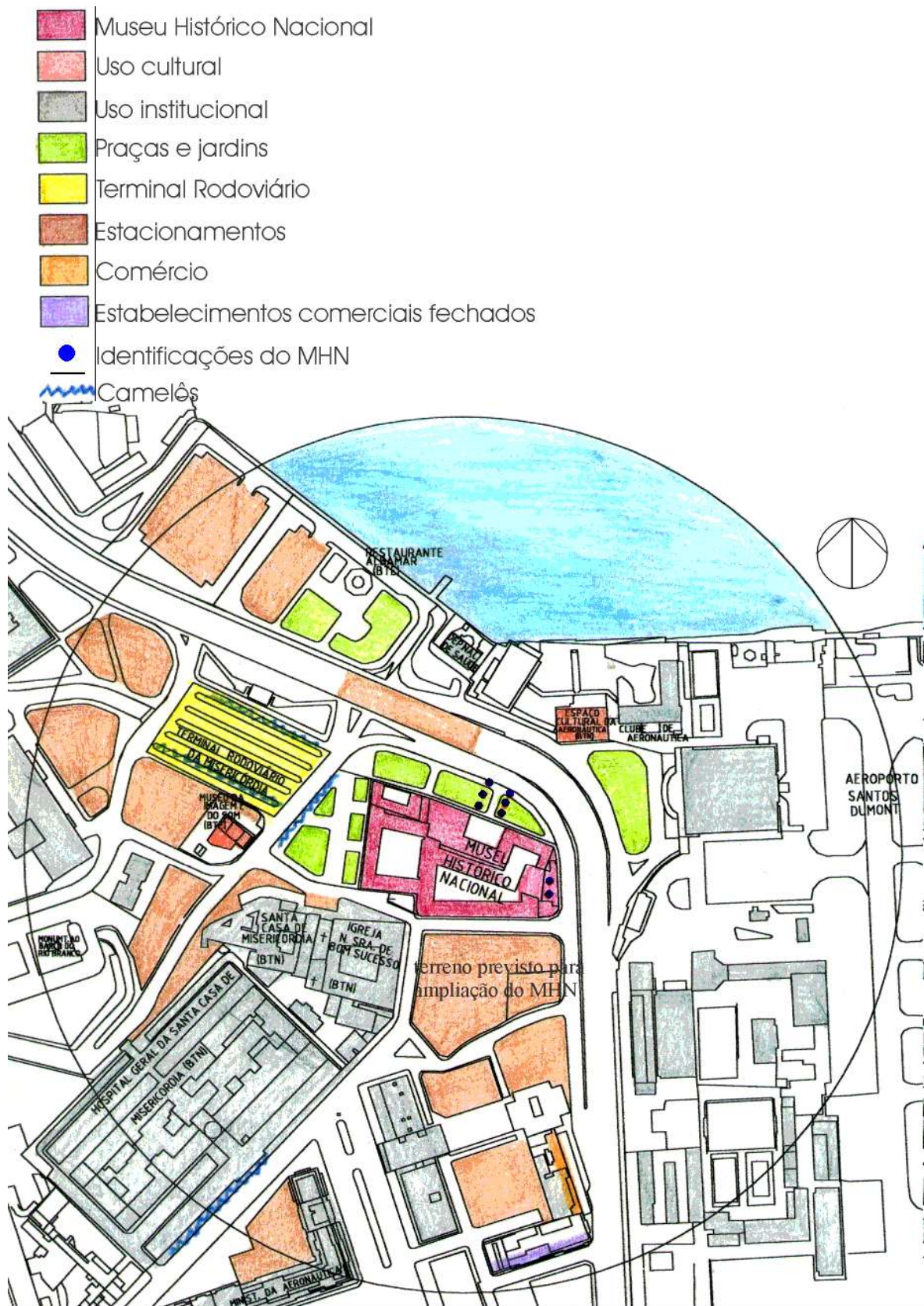
O fato de ter como proprietário/gestor a União, e ser vinculado ao IPHAN, é determinante no formato dos museus brasileiros, o MHN entre eles, principalmente devido aos parques investimentos oficiais não só orçamentários quanto aqueles envolvidos na especialização e atualização de técnicos. Assim, os recursos advindos de eventos

administrados pela Associação de Amigos — produzidos por meio de aplicações advindas do reconhecimento de isenção fiscal —, e o aluguel dos espaços para festas de casamento — favorecido devido à proximidade das igrejas mais procuradas para esse tipo de rito — contribuem para a manutenção das atividades.

O projeto Frente Marítima contribuiu para fortalecer o processo de reabilitação do MHN implantado pouco a pouco desde 1979, quando grande parte dos museus existentes no Brasil passaram à gestão do IPHAN. A atual diretora do MHN, museóloga Vera Tostes, encomendou ao escritório Burle Marx desenho apropriado para os jardins e praça que limitam o acesso principal e fachada norte do conjunto (figura 7). Segundo projeto que vem sendo desenvolvido pelos técnicos, com o apoio de arquitetos convidados, o espaço interno será reformulado, buscando as formas e perspectivas de períodos anteriores que melhor se adequem a projetos museográficos contemporâneos.

Desse modo, e a partir de verificações ainda parciais de que, apesar de progressivas ações, até o momento, nenhum “grande museu” do Centro do Rio formulou um grande passo no sentido da modernização programática e físico-espacial, o levantamento empreendido da situação do MHN considera a possibilidade deste para tanto. Os itens que confirmam essa tendência, além de projeto arquitetônico que prevê a expansão dos espaços expositivos e da reserva técnica e a construção de edifício comercial de três pavimentos no terreno vizinho onde funcionou a antiga Secretaria de Fazenda, são a importância da instituição — tradicionalmente geradora de atividades de ensino e cultura¹¹ — o valor histórico do edifício e entorno, e a complexidade da função que o caracteriza na condição de maior museu histórico nacional.

¹¹ O curso de Museologia foi criado por Gustavo Barroso administrado durante muito tempo no MHN.



Esc 1:4000

fig.7: levantamento de usos no entorno imediato do Museu Histórico Nacional

Referências bibliográficas

- ALBINI, F. A arquitetura dos museus e os museus e a urbanística moderna. *Habitat*, n.15, São Paulo, 1954. p.29-31.
- ALEXANDER, C. *Un Language de patrones*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.
- AMBROSE, T. *Money, money, money and museums*. London: Ambrose, 1991.
- CULLEN, Gordon. *A paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- Edições temáticas sobre reabilitação de edifícios para atividades culturais nos seguintes periódicos: *Architectural Digest*, *Arquitetura Viva*, *Architecture: arts et techniques*, *Architecture d'Aujourd'Hui*, *Museum*, *Projeto*, *Ottagono*.
- Fichas de inventário realizadas pelos alunos da disciplina Museus e Centros Culturais DPA-FAU/UFRJ no período 1997 a 2000.
- GUIMARAENS, C. e POLLY, V. *Inventário dos museus do Rio de Janeiro: sobre conceitos e alguns resultados*. Comunicação apresentada no V Seminário de História do Urbanismo, Campinas, SP; no NUTAU'98, São Paulo; e Congresso do ICOM-Brasil, Petrópolis. 1998.
- GUIMARAENS, C. *Arquitetura de museus e centros culturais: notas para aulas e pesquisas*. In: NOVAS visões: fundamentando o espaço arquitetônico e urbano. (org. MARTINS, Angela M. M. e CARVALHO, Mirian). Rio de Janeiro: Booklink/PROARQ/UFRJ, 2000.
- JOHNSON, P., THOMAS, B. *Museums and the local economy*. Leicester: Kavanagh, 1991.
- KAPLAN, Flora E. S. *Museums and the making of "ourselves"- the role of objects in national identity*. London: Leicester University Press, 1994.
- LAMAS, José M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- MANTER o patrimônio é bom negócio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1996. Suplemento Minas por Minas, p.8.
- MONTANER, J. M. Museu contemporâneo: lugar e discurso. *Projeto*, nº 144, São Paulo, 1991, p.34-41.
- _____. *Museus século XXI*. Madrid: Gustavo Gili, 1995.
- MYERSCOUGH, J. *The economic importance of the Arts*. London: 1985.
- POLLY DA SILVA, V. *A arquitetura de museus no centro do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado; orientadora: prof^a dr. Maria da Conceição Alves de Guimaraens, PROARQ-FAU-UFRJ, 2000.
- ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1992.
- TUSQUETS, O. Templos anacronicos, el museo como casa del placer. *Arquitetura Viva*, n.40, 1995.
- UM olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.
- ZEIN, Ruth V. Duas décadas de museus. *Projeto*, n.º 144, São Paulo, 1991, p.30-33.
- _____. Museus em sete versões. *Projeto*, nº 144, São Paulo, 1991, p.42-48.